



Colóquio
de design

EDIÇÃO 2020

Protagonismo feminino no ensino superior de design no Brasil: um estudo em construção¹

Larissa Albuquerque de Alencar;

Marcelina das Graças de Almeida

resumo:

Este estudo trata de um recorte de uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento na Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), que objetiva estudar o protagonismo feminino no ensino superior público de design no Brasil, a partir da análise de duas realidades: Belo Horizonte (MG) e Manaus (AM), enfatizando a importância das mestras em atividade na graduação e suas contribuições para a área acadêmica do país. Para tanto, se realizou um levantamento bibliográfico sobre a educação de mulheres, desde o Brasil Colônia até os dias atuais, sua ascensão como professoras, face às oportunidades de trabalho que surgiram, o que propiciou a elaboração de um panorama do cenário atual, que permite visualizar que ainda estão em número reduzido em todas as regiões do país, enquanto educadoras de nível superior, devido aos obstáculos enfrentados como a opção por carreiras “masculinas” e dificuldade de acesso à oportunidades de trabalho.

palavras-chave:

Mulheres; protagonismo; design; ensino superior público

¹ O presente artigo trata de um recorte da pesquisa de doutorado intitulada “Protagonismo feminino no ensino público superior de design no Brasil: um panorama das realidades de Belo Horizonte e Manaus”, em desenvolvimento na Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), e possui apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

Introdução

A área do design no Brasil possui uma origem relativamente nova, uma vez que remonta o ano de 1950, o que impossibilita que se conheça toda a realidade de sua história no país, em especial, quando se trata da participação feminina no ensino superior no país, pois a literatura em vigência trata de subdivisões de diferentes pontos de vista e formas de abordagem (DENIS, 2000; SAFAR e ALMEIDA, 2014).

A leitura dessas literaturas, principalmente as pioneiras e clássicas, confirmam que há a omissão do registro da atividade feminina na área de design no país, principalmente, quando se trata da academia, sendo necessária a elaboração de pesquisas mais amplas, tanto a nível nacional, regional ou local, buscando dimensionar apropriadamente o alcance de suas contribuições, de modo a evidenciar ainda aquelas mulheres que se quer possuem o reconhecimento devido nas mais diversas regiões do Brasil, embora sua participação tenha sido visivelmente crescente nas últimas décadas (ANDRADE e REBELLO, 2009; STEPHAN, 2015; DEL PRIORE e PINSKY, 2018).

Desse modo, busca-se aqui contribuir para novos debates acerca da participação feminina no ensino superior público de design no país, tendo em vista uma tentativa preliminar de restauração da sua trajetória histórica na educação, abordando tópicos sobre a educação feminina no Brasil, da época do Brasil Colônia até os dias atuais; as mulheres na educação no Brasil, onde se faz um levantamento das publicações que abordam a temática da educação feminina e das designers brasileiras a nível nacional e local; as mulheres no ensino superior de design no Brasil, que trata de algumas designers pioneiras do país e ressalta a existência de algumas “desconhecidas” e, por último, as mulheres no Ensino Superior no Brasil, apresentando o quantitativo de mulheres atuantes na docência do nível superior em todos os cursos e nos cursos de design da Universidade do Estado de Minas Gerais e da Universidade Federal do Amazonas, uma vez que se parte do pressuposto de que, embora as mulheres tenham tido acesso tardio à educação em detrimento de terem sofrido diversos tipos de preconceitos, sua presença tem se mostrado crescente e tem ocupado posição que merece destaque na área acadêmica de design no país, devendo estar em evidência por suas relevantes contribuições para a área acadêmica do design nacional.

1 Educação feminina no Brasil

A educação no período colonial (1530 – 1822) era voltada apenas para o público masculino de classe dominante e aos índios, sendo excluídos os escravos, população desprovida de posses e as mulheres. As “escolas de ler, escrever e contar”, como eram conhecidas na época, voltavam-se ao ensino básico (ensino fundamental), de modo que buscavam formar religiosos, clero secular ou conventual e o encaminhamento de alunos para a Universidade de Coimbra (CARDOSO, 2007; COSTA, SILVA, *et al.*, 2014; FERNANDES, 2019).

A primeira reivindicação pela educação feminina no Brasil partiu dos indígenas que solicitaram ao Pe. Manoel da Nóbrega (1517 – 1570) o ensino de suas mulheres, pedido este que foi negado pela então Rainha de Portugal, Dona Catarina da Áustria (1507 – 1578), pois temia pelas “consequências nefastas” que a educação de mulheres, em especial, indígenas poderia representar. Contudo, ainda assim, são encontrados registros de que a primeira brasileira que aprendeu a ler e escrever foi a indígena Madalena Caramuru (1503 – 1586), que escreveu uma carta ao Pe. Manoel da Nóbrega de próprio punho, no dia 26 de março de 1561 (RIBEIRO, 2010).

Ainda no mesmo período, não havia escolas para meninas, independentemente de sua cor, raça ou classe social, que deviam ser educadas em casa ou na catequese, vetado o seu acesso à leitura e a escrita, uma vez que a natureza feminina era entendida como cuidado com o lar e família, algo que viria começar a mudar apenas na segunda metade do século XVII, com o surgimento dos conventos, onde as moças começam a aprender a ler e escrever, em conjunto com o aprendizado de música, costura e bordado, boas maneiras e muita reza para afastar os “maus pensamentos”. Contudo, ainda assim, sua educação seguia restrita aos cuidados com a casa, marido e filhos, não havendo um sistema de educação formal feminina e aquelas moças de família abastada que desejassem estudar deveriam seguir para Portugal (RIBEIRO, 2010; FERNANDES, 2019).

Dessa maneira, a primeira tentativa de transformação da educação feminina ocorre apenas no século XVIII, entre os anos 1750 e 1777, quando Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal

(1699 – 1782), propõe uma série de reformas educacionais na metrópole e nas colônias portuguesas, culminando, também, na expulsão dos jesuítas, de modo que a educação agora passa a ser atribuição do Estado. A partir deste momento, as mulheres obtiveram permissão oficial para frequentar as salas de aulas e o magistério público surge como mercado de trabalho, mantendo-se a separação por sexo, uma vez que ainda não aprendiam todas as matérias ensinadas aos homens. A reforma proibiu ainda o ensino particular e o conteúdo de ensino e livros didáticos passam a ser controlados (STAMATTO, 2002; RIBEIRO, 2010).

Embora já admitidas nas salas de aula, é apenas no período do Império Brasileiro (1822 – 1889) que as mulheres começam a ter acesso às primeiras letras (ler, escrever e contar), não sendo obrigadas, contudo, a cursar o ensino secundário, visto como uma espécie de preparatório para o ensino superior para homens. Ocorre ainda o abandono da educação nas províncias brasileiras, fenômeno associado à falta de mestres e mestras com boa formação face a falta de escolas preparatórias ao ensino. Com a outorga da primeira Constituição Brasileira, o ensino primário gratuito se torna extensivo a “todos” os cidadãos, exceto negros e indígenas e, em 1827 surge a primeira legislação específica sobre o ensino primário, a Lei Geral de 15 de outubro de 1827, que previa a criação das “escolas de primeiras letras” (Ensino Fundamental) em todo país, também conhecidas como pedagogias. Essas escolas, até então único nível educacional ao qual as mulheres teriam acesso, começam a ser instaladas em todas as cidades, vilas e lugarejos do império, buscando modificar a imagem de um Brasil atrasado, uma vez que boa parte de sua população ainda continuava analfabeta, em especial, as mulheres que, em sua maioria, não aprendiam a ler (DEL PRIORE, 2014; LOURO, 2018).

Embora a Lei Geral tratasse dos assuntos mais diversos, entre eles a remuneração de mestres e mestras, currículo mínimo, a admissão de professores e as escolas para meninas, as mulheres seguiam sendo discriminadas, pois ainda não tinham acesso a todas as matérias ensinadas aos meninos, aprendendo apenas a ler, escrever e contar, as quatro operações e doutrina cristã - comuns a ambos os sexos; mais renda, bordados e costura, enquanto os homens aprendiam matérias como noções de geometria, consideradas mais racionais, contra a “natureza feminina”, uma vez que seriam futuras mães e esposas (DEL PRIORE, 2014; LOURO, 2018).

Devido ao abandono da educação pela falta de profissionais capacitados ao ensino, no ano de 1835 é criada a primeira Escola Normal do país, em Niterói. No entanto, só era permitida a matrícula de homens, o que influencia diretamente nos menores salários para as professoras que, além de não aprenderem todas as matérias direcionadas ao público masculino, não tinham acesso a formação docente, o que muda apenas anos mais tarde, em 1875, quando passam a ter acesso efetivo à essas escolas, devido à crise de homens no magistério público. Desse modo, as escolas normais passam a ser vistas como uma nova oportunidade, se não a única, de as mulheres darem continuidade aos estudos para além do primário e o trabalho feminino ganha força, devido à alta demanda por professores qualificados e o discurso da “qualidade natural” das mulheres ao trato com crianças, ocorre então o fenômeno da “feminização do magistério” (FERREIRA, 1998; LOURO, 2018; FERNANDES, 2019).

No ano de 1881, buscando a profissionalização de mulheres, são inaugurados no Liceu de Artes e Ofícios no Rio de Janeiro, 24 anos após sua fundação, cursos profissionalizantes para este público, ainda que reforçassem os papéis tradicionalmente femininos: oficinas de chapéus, bordados, costura, flores, desenho e modelagem. Apenas com a Lei Nº 7.247 de 19 de abril de 1879 as mulheres puderam frequentar o ensino superior, ainda que de maneira condicionada, pois deveriam apresentar consentimento dos pais e/ou maridos por escrito, o que mudaria muitos anos mais tarde, em 1943. Por muito tempo, o número de mulheres inscritas nas universidades era irrisório dado o preconceito da sociedade e a impossibilidade de frequentar melhores cursos preparatórios (BRASIL, 1879; ROSEMBERG, 2012; ALVES, 2013; FERNANDES, 2019).

A partir do século XIX, novas matérias foram incluídas no currículo feminino, o direito ao voto é concedido às alfabetizadas maiores de 21 anos e as oportunidades educacionais e profissionais para mulheres são ampliadas, principalmente, na docência, face a evasão dos homens em busca de carreiras mais bem remuneradas, em função do crescimento urbano e industrialização do país (DEL PRIORE, 2014).

Assim sendo, no século XX, as mulheres seguiram progredindo no campo da educação, alcançando níveis de escolaridade cada vez mais altos (Tabela 1), em diferentes áreas do saber, ultrapassando os homens e tornando-se cada vez mais expressivas nas salas de aula, seja como força

de trabalho ou como estudantes, tornando-se minoria entre as pessoas analfabetas até os 39 anos de idade. Tornaram-se também maioria em número médio de anos de estudo, inclusive como forma de compensação salarial pela discriminação de gênero, desde que foram aceitas no mercado de trabalho (FERNANDES, 2019).

Tabela 1 - Porcentagem de estudantes do sexo feminino por ano e nível de ensino no Brasil.

Nível/Grau escolar	1970	1980	1990	2000	2009
Educação infantil	-	-	-	48,9	47,3
Ensino fundamental/1º grau	49,2	50,1	50,8	49,1	48,0
Ensino médio/2º grau	50,7	53,4	56,8	54,6	54,6
Ensino Superior	42,4*	49,2	52,3*	56,5	56,9
Mestrado e Doutorado	-	46,0	-	52,0	58,0

* Incluindo mestrado e doutorado.

Fonte: Adaptado de Rosemberg (2012)

1.1 Cenário atual

Tendo em vista que as mulheres se encontram em número crescente nas salas de aula e vem alcançando níveis de estudo cada vez mais altos no país, era esperado que também fossem maioria no número de estudantes do nível superior em todas as regiões do Brasil (Tabela 2), conforme dados da Sinopses Estatísticas da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – INEP, para o ano de 2018.

Tabela 2 - : Estudantes matriculados no Ensino Superior em todas as regiões do Brasil por sexo em 2018.

Sexo	Brasil	Norte	Nordeste	Centroeste	Sudeste	Sul
Mulheres	57	58,25	57,38	57,77	56,43	57
Homens	43	41,75	42,62	42,23	43,57	43

Fonte: Adaptado de Sinopses Estatísticas da Educação Superior (2018)

Em relação a quantidade de docentes, no ano de 2009, de um total de 2.674 milhões, 81,1% eram mulheres, embora não distribuídas de forma homogênea em todos os níveis de ensino, uma vez que são maioria nas séries iniciais, uma vez que são as que necessitam de um corpo docente mais numeroso, acolhendo de forma generosa as mulheres (ROSEMBERG, 2012), ver Tabela 3.

Tabela 3 - Distribuição percentual de professores por sexo, por níveis de ensino no Brasil e Regiões, 2009

Regiões	Mulheres		Homens	
	Etapas/níveis		Etapas/níveis	
	Iniciais	Terminais	Iniciais	Terminais
Brasil	78,1	21,9	37,0	63,0
Norte	82,0	18,0	53,8	46,2
Nordeste	77,1	22,9	48,0	52,0
Sudeste	75,9	24,1	28,6	71,4
Sul	74,2	25,8	30,2	69,8
Centroeste	69,0	31,0	31,6	68,4

Fonte: Adaptado de Rosemberg (2012)

Como discutido anteriormente, não há uma homogeneidade na distribuição do quantitativo de docentes do sexo feminino em todos os níveis de ensino, uma vez que sua presença diminui

proporcionalmente ao aumento do nível de ensino (a maioria das mulheres de encontra concentrada nas séries iniciais, educação infantil e ensino fundamental, até a 4^o série), fato que também pode ser observado no nível superior, onde podem ser encontradas em menor número nas diversas regiões do país (Tabela 4).

Tabela 4 - Percentual de docentes de nível superior por sexo e região do Brasil em 2018

Sexo	Brasil	Norte	Nordeste	Centroeste	Sul	Sudeste
Mulheres	46,26	47,32	49,15	47,80	47,27	43,73
Homens	53,74	56,68	50,85	52,2	52,73	56,27

Fonte: Adaptado de Sinopses Estatísticas da Educação Superior (2018)

Se os dados forem ainda mais estreitados, enfatizando às regiões onde esta pesquisa se desenvolve, Belo Horizonte (Minas Gerais) e Manaus (Amazonas), percebe-se que este quadro não muda, uma vez que a liderança dos docentes do nível superior permanece com àqueles do sexo masculino (Tabela 5).

Tabela 5 - Percentual de docentes por sexo e estado brasileiro em 2018

Sexo	Amazonas	Minas Gerais
Mulheres	47,42	44,82
Homens	52,58	55,18

Fonte: Adaptado de Sinopses Estatísticas da Educação Superior (2018)

Com base nos dados apresentados, percebe-se que apesar de terem adquirido o direito a frequentar o ensino superior tardiamente, mesmo carregando o estigma de serem destinadas ao lar e ao casamento, as mulheres, durante o século XX, seguiram avançando no campo da educação, tornando-se cada vez mais especializadas nas mais diversas áreas do saber, apresentando expressiva presença em sala de aula, principalmente como discentes, mas também como docentes, embora em menor número que os homens.

2 Mulheres na educação no Brasil: um panorama de pesquisa

Se tratando da história do design, embora já existam pesquisas respeito da participação feminina, ainda que poucas e de caráter geral, obliterando sua importância intelectual, torna-se necessário que sua contribuição seja adequadamente dimensionada, em especial no Brasil, onde a área é relativamente nova, e se deve contemplar aquelas mulheres que ainda não foram visualizadas como sujeitos pertencentes à construção da história, resgatando fatos históricos de regiões do país que ainda não despertaram para a importância deste tema (ANDRADE e REBELLO, 2009; STEPHAN, 2015; DEL PRIORE e PINSKY, 2018; BARBOSA e AMARAL, 2019).

Esse fato se comprova a partir do momento em que foi realizado um levantamento das várias publicações que abordem a atuação feminina na educação e no ensino superior de design, entre elas livros, artigos, demais publicações científicas e sites, separados por áreas de interesse: Educação das mulheres no Brasil, Mulheres designers no Brasil, Mulheres designers em Minas Gerais (MG) e Mulheres designers em Manaus (AM), obtendo-se o seguinte resultado (Quadro 1).

Quadro 1 - Publicações com temas pertinentes a pesquisa

Nº	Tema	Tipo	Quantidade
1	Educação das mulheres no Brasil	Livro	15
		Artigo	39
		Site	2
2	Mulheres designers no Brasil	Livro	2
		Artigo	-
		Site	10
3	Mulheres designers em Minas Gerais	Livro	1
		Artigo	-
		Site	1
4	Mulheres designers no Amazonas	Livro	1
		Artigo	-
		Site	1
Total			72

Fonte: Aatoria própria (2020).

Na primeira área temática, “Educação das mulheres no Brasil”, foram identificados 15 (quinze) livros, dos quais destacam-se 5 (cinco), quais sejam:

- No livro “História das Mulheres no Brasil” de Mary Del Priore e Carla Bassanezi Pinsky (2018), há um capítulo intitulado ‘Mulheres na sala de Aula’ de Guacira Lopes Louro, que trata da trajetória feminina na educação, ainda que de maneira geral e abrangente;
- O livro “Histórias e conversas de mulher: amor, sexo, casamento e trabalho em mais de 200 anos de história” de Mary Del Priore (2014) que, através de uma narrativa informal, traz informações sobre como as mulheres eram vistas na sociedade em vários aspectos do cotidiano (vida privada e pública, sua educação e dos filhos, posturas a serem adotadas, submissão ao marido, entre outros), desde o século XVI até o século XX;
- No livro “Nova história das mulheres no Brasil” de Carla Basanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (2012), existem dois capítulos, ‘Meninas: trabalho, escola e lazer’ de autoria de Silvia Fávero Amaral e ‘Educação: mulheres educadas e a educação das mulheres’, de Fúlvia Rosemberg, que trazem informações sobre a educação feminina desde a infância até o momento em que começaram a ser aceitas em salas de aula (educação básica, universidades e nos cursos “masculinos”);
- No livro “500 anos de educação no Brasil” de Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes Faria Filho e Cynthia Greive Veiga (2010), o capítulo ‘Mulheres educadas na colônia’, trata de informações mais completas a respeito de como iniciou-se o processo de educação das mulheres na época das colônias, bem como a primeira mulher brasileira a ser alfabetizada;
- No livro “Mulher e Educação: a paixão pelo possível” de Jane Soares de Almeida (1998), o capítulo ‘Mulheres e educação: uma história sem registro’, contempla desde as conquistas femininas no século XIX, sua educação, a “feminização do magistério” e a sua chegada à docência.

Na temática “Mulheres designers no Brasil”, foram encontrados apenas dois livros que trazem uma visão geral sobre a participação feminina no design tanto no Brasil, quanto no mundo. Ainda sobre essa temática foram encontrados cerca de 10 sites que abordam sobre trabalhos de designers brasileiros, entre eles, algumas mulheres.

- O livro “Mulheres não devem ficar em silêncio: arte, design e educação” de Ana Mae Barbosa e Vitória Amaral (2019), é totalmente dedicado a história das mulheres na educação e nas artes

e design, abordando a invisibilidade feminina na Bauhaus, trazendo ao conhecimento alguns nomes de alunas brilhantes dessa instituição, entre elas Martha Erps Breuer (1902 – 1977), egressa da Bauhaus que se tornou pesquisadora no Brasil, embora não trabalhasse diretamente com design;

- Na publicação intitulada “Caderno atempo: histórias em arte e design” organizado por Marcelina das Graças Almeida, Edson José Carpinteiro Rezende, Giselle Hissa Safar e Roxane Sidney Resende Mendonça, há um capítulo intitulado ‘As mulheres e o design no Brasil’ assinado por Auresnede Pires Stephan, que traz uma pequena citação sobre alguns nomes importantes para a consolidação do design no Brasil, entre eles: Emilie Chamie (1927-2000), Bea Feitler (1938-1982), Carmen Portinho (1903-2001), diretora da ESDI, Lina Bo Bardi (1914-1992), professora do IAC, Lucy Niemeyer, Anamaria de Moraes (1942-2012), professora da PUCRJ, Maria Bernadete Santos Teixeira - EdUEMG, entre outras.

O tema “Mulheres designers em Minas Gerais” pôde ser encontrado em um artigo de livro que, embora não seja dedicado especialmente a essa temática, traz importantes informações, ainda que em pequeno volume, sobre designers da localidade, entre eles duas mulheres. Ainda sobre esta temática, é possível encontrar alguns artigos sobre produtos ou designers brasileiras.

- No livro “História do Design em Minas Gerais” organizado por Marcos da Costa Braga, Marcelina das Graças de Almeida e Maria Regina Álvares Correia Dias, publicado em 2017, no capítulo ‘O curso de Desenho Industrial da FUMA: da criação aos primeiros egressos’, de Ana Luíza Cerqueira Freitas, é citado o nome da primeira mulher formada no curso, Elza Alan, em 1964, e de Maria Bernadete Santos Teixeira, em 1971, que atualmente leciona no curso de Design da Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais (EDUEMG).

O tema “Mulheres designers no Amazonas” não possui nenhuma publicação específica sobre o tema, tendo apenas alguns nomes de docentes citadas no livro “Design UFAM: 25 anos” de autoria de Patrícia dos Anjos Braga, Claudete Barbosa Ruschival e Sheila Cordeiro Mota, publicado em 2014. Ademais, é possível encontrar um artigo de site sobre a designer amazonense Rita Prossi, publicado em 2018, no site *HuffPost*.

Com base neste levantamento, é possível perceber que, embora exista um e volume considerável de publicações que abordam sobre a educação de mulheres no Brasil (56 publicações encontradas entre livros, artigos e sites), incluindo estudantes e professoras, quando direcionado o foco para o papel das mulheres designers no Brasil, percebe-se que o número de publicações cai drasticamente, sendo encontradas apenas 12 citações sobre o tema, das quais 10 são de sites ou blogs. Se analisadas a nível regional, esse número diminui ainda mais, uma vez que não foram encontradas publicações específicas nos estados de Minas Gerais, nem, tampouco, no Amazonas, seja enquanto discentes ou docentes.

Assim sendo, é possível notar que há uma escassez de publicações e pesquisas que explorem a temática relacionada às mulheres e o ensino de design no Brasil de maneira mais ampla, em especial quando os dados são visualizados a nível regional no país.

3 As protagonistas no ensino superior de design no Brasil

O design brasileiro é uma área que ganhou maturidade acadêmica apenas nos últimos anos, pois sua origem remonta o ano de 1950, quando é verificada a necessidade da formação de profissionais qualificados para suprir a demanda crescente por projetos de design gráfico e de produto, devido a crescente e recente atividade econômica, o que culminou no surgimento dos primeiros cursos de Design, na época Desenho Industrial, no país (DENIS, 2000; NIEMEYER, 2007).

Ainda que não haja um estudo amplo sobre a atividade feminina no design brasileiro, dentre os estudos já realizados, duas mulheres, em especial, são consideradas pioneiras na história do design brasileiro: Lina Bo Bardi (1914-1992) e Carmen Portinho (1903-2001), uma vez que lideraram a

implantação conceitual do design no país, através de sua importante participação na estruturação de dois cursos pioneiros (STEPHAN, 2015).

Lina Bo Bardi, participou do processo de implantação do curso de design do Instituto de Arte Contemporânea (IAC) do Museu de Arte de São Paulo (MASP), fundado por Pietro Maria Bardi (1900-1999), onde assumiu a sua coordenação e firmou convênios com empresas buscando a prática de seus alunos pela aproximação com o setor produtivo. Foi responsável ainda pelo projeto de criação do prédio do MASP, um de seus mais importantes projetos (NIEMEYER, 2007; LEON, 2014).

Carmen Portinho, diretora executiva do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM) e engenheira responsável pela sede do museu, foi uma das pioneiras em sua área, de modo que foi uma das responsáveis pela articulação da implantação do curso superior de design da Escola Superior de Desenho Industrial - ESDI, primeiro a ter seu currículo aprovado pelo Ministério da Educação (NIEMEYER, 2007; STEPHAN, 2015).

Além das profissionais citadas, são conhecidas ainda algumas profissionais que atuaram no setor e que vem marcando forte presença no cenário do design no país. Vale ressaltar que aqui a ênfase se dá nas profissionais que atuam e atuaram no ensino superior de design no Brasil.

Marlene Picarelli (1935), arquiteta, foi professora assistente na sequência de Desenho Industrial da FAUUSP em 1960, antes de assumir o cargo de docente no Departamento de Projeto (CARVALHO, 2015).

Anamaria de Moraes (1942 – 2012), foi professora titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, trabalhou no desenvolvimento da pesquisa sobre o design e ergonomia no Brasil, sendo uma das pioneiras na criação da Associação Brasileira de Ergonomia (ABERGO). Por meio inúmeras publicações, incentiva e orienta dissertações e teses de doutorado, tendo discípulos na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) que hoje desenvolvem pesquisas no setor (DAD, 2012; STEPHAN, 2015).

Deisy Ruth Igel (1926), professora da ESDI, formada nos Estados Unidos e ex-aluna de Josef Albers (1888-976), ex-professor da Bauhaus alemã, foi responsável por promover mesas-redondas sobre o ensino de design na ESDI.

Ainda no âmbito da universidade têm-se contribuições por meio de profissionais como Rita Maria de Souza Couto, da PUC- RJ, a respeito de metodologia e pedagogia do ensino de design; Maria Bernardete dos Santos Teixeira, na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), no segmento de joalheria e em vertentes teóricas e práticas do design, com ênfase nos processos metodológicos da atividade aplicados a pequenos núcleos produtivos; Virgínia Kistmann e Dulce Fernandes, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), que pesquisam a área de vidrados e cerâmica industrial; Solange Coutinho, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), *expert* em tipografia. Izabel Falcão do Rego Barros, engenheira líder no processo de criação do primeiro curso de design na região norte do país (BRAGA, RUSCHIVAL e MOTA, 2014; STEPHAN 2015; PLATAFORMA LATTES, 2019).

Por fazer parte de uma pesquisa de doutorado ainda em andamento, objetiva evidenciar o papel das mulheres no ensino de graduação pública em design no Brasil, em especial da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e Universidade Federal do Amazonas (UFAM), estima-se que existam muitos outros nomes ocultos na história do design no país que também merecem destaque, podendo futuramente gerar novas pesquisas ainda mais abrangentes, o que poderá ser verificado no item seguinte, que busca discutir em números o contingente feminino de profissionais da educação de nível superior.

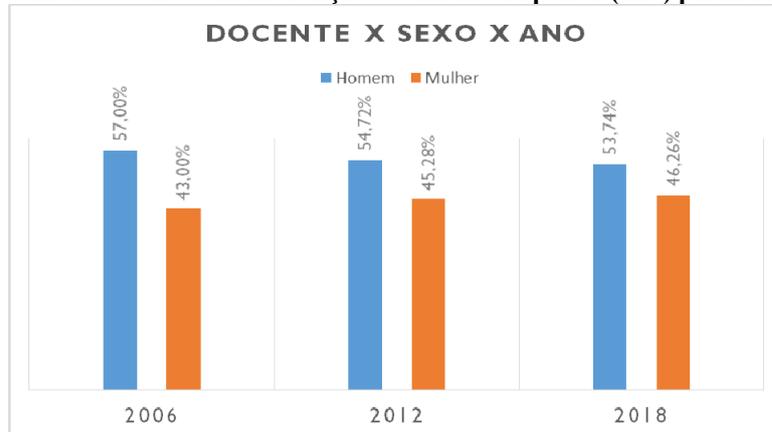
4 A presença das mulheres no ensino superior no Brasil

O sistema de educação superior brasileiro é composto por um conjunto de 299 Instituições de Educação Superior (IES) públicas e 2.238 privadas, representando 88,2% do total da rede. Das instituições públicas 42,8% (128) são estaduais; 36,8% (110) são federais e 20,4% (61) são municipais. Das IES federais, 57,3% correspondem às universidades, 36,4% aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's); 1,8% às faculdades e 4,5% são centros universitários (INEP, 2019).

Embora o processo seletivo para composição de quadro docente nas instituições de caráter público seja realizado prioritariamente através de concurso público, o que sugere maior igualdade de

oportunidades, na prática a diferença ainda está presente, pois se percebe a prevalência masculina ao longo dos anos (Gráfico 1), embora se note uma pequena redução na diferença do número de docentes do sexo masculino e feminino entre os anos de 2006 e 2018 (BARRETO, 2014; INEP, 2018).

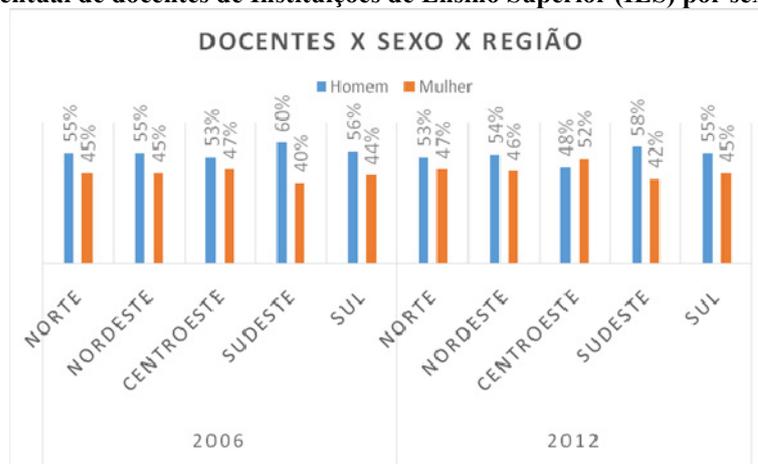
Gráfico 1 - Percentual de docentes em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas por sexo no Brasil



Fonte: Adaptado de Barreto (2014) e INEP (2018).

Estratificando os dados por região, percebe-se uma transformação do perfil dos recursos humanos no ensino superior, entre os anos de 2006 e 2012, ver Gráfico 2.

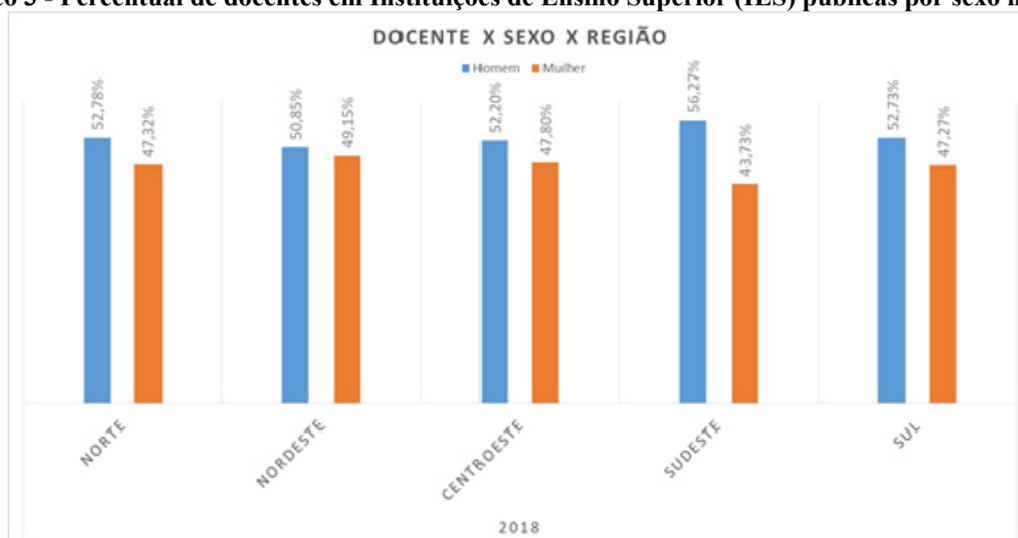
Gráfico 2 - Percentual de docentes de Instituições de Ensino Superior (IES) por sexo e região do país



Fonte: Adaptado de Barreto (2012).

No ano de 2018, embora tenha havido crescimento do número de mulheres docentes em todas as regiões, os dados ainda há a prevalência masculina, exceto na região Nordeste, onde a diferença é de apenas 1,7%, enquanto que as regiões Norte (5,36%), Centroeste (4,4%) e Sul (5,6%), essa diferença média é bem semelhante. No caso da região Sudeste essa diferença chega a 12,57%, indicando que nesta região, ainda há uma maioria de docentes do sexo masculino (INEP, 2018), conforme Gráfico 3.

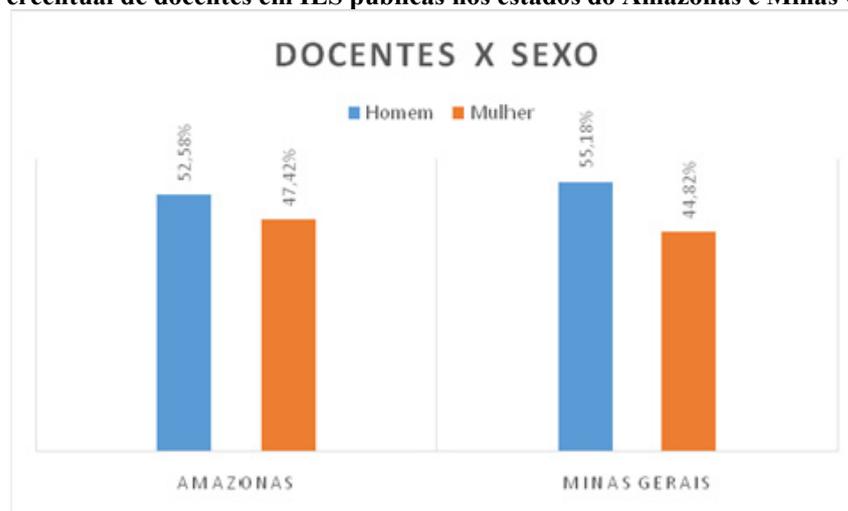
Gráfico 3 - Percentual de docentes em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas por sexo no Brasil



Fonte: Adaptado de INEP (2018).

Verificando os dados de acordo com os Estados aos quais pertencem as instituições aonde essa pesquisa se desenvolve, Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e Universidade Federal do Amazonas (UFAM), obtêm-se os seguintes valores (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Percentual de docentes em IES públicas nos estados do Amazonas e Minas Gerais



Fonte: Adaptado de INEP (2018).

Levando-se em conta que os dados apresentados tratam de informações gerais apresentadas pelo Censo da Educação Superior do INEP e que envolvem todas as instituições de ensino superior públicas do país e a totalidade de seus cursos, foi necessário quantificar essa diferenciação de acordo com dados obtidos nos veículos de informação de ambas as instituições em estudo, chegando-se aos seguintes números: 133 professores na Escola de Design da UEMG, dos quais 71 (53,38%) são mulheres e 62 (46,62%) são homens, distribuídos nos 4 cursos oferecidos pela escola – Design Gráfico, Design de Produto, Design de Ambientes e Licenciatura em Artes Visuais, contra 22 professores do curso de Design da UFAM, dos quais 19 são efetivos, sendo 09 mulheres e 10 homens, e 03 são substitutos, dos quais 01 mulher e 02 homens, caracterizando um total de 12 homens (54,54%) e 10 mulheres (45,46%) - (DESIGN UFAM, 2018; UEMG, 2020).

Assim sendo, embora os dados do INEP (2018) apontem para uma maioria do sexo masculino nos diversos cursos superiores da rede pública do país, principalmente, na região Sudeste, quando analisados de maneira mais minuciosa, percebe-se que o curso de design da UEMG possui maioria feminina, enquanto que o curso da UFAM, embora com corpo docente reduzido, apresenta uma

maioria masculina, o que permite constatar a crescente e significativa participação feminina no ensino superior público de design no Brasil, em especial, em Belo Horizonte e Manaus, de modo que se torna necessário o resgate histórico e a realização de estudos que dimensionem adequadamente a sua contribuição no campo acadêmico, contemplando, também, outras mulheres que ainda não foram visualizadas, uma vez que, na maior parte dos casos, sua história está oculta sobre camadas de registros não realizados, omissões e invisibilidade social (ANDRADE e REBELLO, 2009; SAFAR e DIAS, 2016).

Apontamentos finais

Embora tenha as mulheres tenham obtido permissão tardia para estudar em todos os níveis educacionais, sofrendo diversos tipos de discriminação, uma vez que a sociedade da época do Brasil Colônia, quando surgiram as primeiras escolas no Brasil, acreditava que a função natural das mulheres era o trato com o marido, os filhos e os cuidados com o lar, elas continuaram avançando incessantemente em busca de mais conhecimentos e melhores oportunidades de trabalho, o que se pode perceber a partir do momento em que os dados do Censo da Educação apontam para a maioria feminina entre os discentes nas salas de aula nos mais diversos cursos de graduação superior, apresentando também forte presença nos níveis de mestrado e doutorado. Quando se analisa o contingente de docentes, entretanto, as mulheres ainda são maioria nas séries iniciais, enquanto que nas séries finais e nos cursos de nível superior, a maioria ainda é masculina, obtendo-se uma diferença ainda maior nesses números na região Sudeste, onde se nota a maior diferença.

Contudo, quando estreitados os dados, para os Estados do Amazonas e Minas Gerais, percebe-se que a maioria dos professores ainda é do sexo masculino, diferença essa que é invertida quando se analisa os dados fornecidos pelo site das instituições foco deste estudo, a UEMG e a UFAM, onde a maioria é feminina na primeira e minoria na segunda.

Desse modo, sabendo-se há escassez de publicações científicas específicas que abordem a temática das mulheres no ensino superior de design no Brasil, este artigo buscou exaltar algumas professoras que já possuem algum reconhecimento, como também busca trazer ao conhecimento a necessidade de novas pesquisas que tratem do tema, principalmente, buscando evidenciar aquelas docentes que também contribuem de maneira significativa para a história do ensino do design no país, mas ainda encontram-se ocultas em suas regiões de atuação.

Female protagonism in design higher education in Brazil: a study under construction

Abstract: This study is an excerpt from a doctoral research under development at the Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), which aims to study female protagonism in design public higher education, based on the analysis of two realities: Belo Horizonte (MG) and Manaus (AM), emphasizing the importance of active female professors in graduation and their contributions to the country's academic area. To this end, a bibliographic survey was realized about women's education, since Colonial Brazil until the present days, their rise as teachers, in view of the job opportunities that arose, which led to the elaboration of a panorama of the current scenario, which allows show that they are still in low numbers in all regions of the country, as educators of higher education, due to the obstacles faced as the option for "male" careers and difficulty in accessing work opportunities.

Keywords: Women, design, public higher education

Referências bibliográficas

- ANDRADE, A. B. D.; REBELLO, A. M. A invisibilidade feminina no design. Da Bauhaus ao Brasil. **Actas de Diseño**, Buenos Aires, v. 6, p. 164-165, Março 2009. ISSN 3. Disponível em: <https://fido.palermo.edu/servicios_dyc/publicacionesdc/archivos/15_libro.pdf>. Acesso em: 19 nov 2019.
- BARRETO, A. A mulher no ensino superior: distribuição e representatividade. **Cadernos do GEA**, Rio de Janeiro, jul/dez 2014.
- BRAGA, P. D. A.; RUSCHIVAL, C. B.; MOTA, S. C. **Design UFAM: 25 anos**. Manaus: Reggo Edições, 2014.
- CARVALHO, A. P. C. D. **O ensino paulistano de design**. São Paulo: Blücher, 2015.
- COSTA, F. T. P. et al. **A HISTÓRIA DA PROFISSÃO DOCENTE: IMAGENS E AUTOIMAGENS**. Anais do V SETEPE. Pau dos Ferros: Realize. 2014.
- DEL PRIORE, M. **Histórias e conversas de mulher**. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2014.
- DEL PRIORE, M.; PINSKY, C. B. **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- DENIS, R. C. **Uma introdução à história do design**. São Paulo: Edgard Blücher, 2000.
- DESIGN UFAM. Corpo docente. **Design UFAM**, 2018. Disponível em: <https://design.ufam.edu.br/corpo-docente.html>. Acesso em: 10 abril 2020.
- DIAS, M. R. Á.; SAFAR, G. H.; AVELAR, J. P. The historical trajectory of the pioneers of design education in Brazil: ESDI/UERJ and ED/UEMG. In: FARIAS, P. L. **Design frontiers: territories, concepts, technologies** [livro eletrônico]. São Paulo: Blücher, 2012. Disponível em: <https://www.blucher.com.br/livro/detalhes/design-frontiers-territories-concepts-technologies-307/arquitetura-e-design-117>. Acesso em: 26 maio 2020.
- FERNANDES, F. A história da educação feminina. **MultRio: a mídia educativa da cidade**, 2019. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/14812-a-hist%C3%B3ria-da-educa%C3%A7%C3%A3o-feminina>. Acesso em: 19 fevereiro 2020.
- INEP, I. N. D. E. E. P. E. A. T. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. Brasília: INEP, 2018. Disponível em: http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_superior/sinopse_educacao_superior_2018.zip. Acesso em: 20 março 2020.
- INEP, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior 2018: notas estatísticas**. Brasília: [s.n.], 2019.
- LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, M.; PINSKY, C. B. **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018. Cap. 13.
- NIEMEYER, L. **Design no Brasil: origens e instalação**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: 2AB, 2007.
- RIBEIRO, A. I. M. Mulheres educadas na colônia. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- ROSEMBERG, F. Mulheres educadas e educação de mulheres. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.
- SAFAR, G. H.; ALMEIDA, M. D. G. D. Protagonismo feminino no design - um resgate histórico em andamento. In: MORAES, D. D.; DIAS, R. Á.; BOM CONSELHO, R. **Cadernos de Estudos Avançados em Design: Design e História**. Barbacena: EdUEMG, 2014. p. 79-94. ISBN 978-85-62578-52-6. Disponível em: <http://eduemg.uemg.br/component/k2/item/81-cadernos-de-estudos-avancados-em-design-historia-vol-9>. Acesso em: 27 março 2020.
- SAFAR, G. H.; DIAS, M. R. A. C. Estudos de gênero e seu impacto na história do design. **Dimensões**, v. 36, p. 102-120, jan-jun 2016. ISSN 2179-8869.

STEPHAN, A. P. As mulheres e o design no Brasil. Uma breve reflexão para o estudo da contribuição feminina no design brasileiro. In: ALMEIDA, M. D. G. D., et al. **Caderno atempo**. Barbacena: EdUEMG, v. 2, 2015. Cap. 8, p. 109-115.

UEMG, U. D. E. D. M. G. Escola de Design. **Universidade do Estado de Minas Gerais**, 2020. Disponível em: <http://www.2018.uemg.br/unidade.php?id=1>. Acesso em: 14 abril 2020.